

Maioria das emendas defende mesmos temas

Emendas ao projeto de regimento interno da Constituinte de caráter demagógico, outras visando aperfeiçoar de fato as normas de funcionamento da Assembléia e muitas para mostrar serviço, sobretudo num momento em que a imprensa denuncia diariamente a ausência em plenário de centenas de constituintes. Este foi o saldo das mais de 700 emendas oferecidas até às 18 horas de ontem, quando se encerrou o prazo para a sua apresentação.

A maioria versa sobre o mesmo tema, variando apenas a redação. Lideram a pilha de mais de 700 emendas propostas sobre participação popular na Assembléia e número de comissões para tratar dos temas constitucionais. Entre as polêmicas, a que dispõe sobre a obrigatoriedade das emissoras de rádio e televisão e jornais veicularem noticiário referente à Assembléia e a apresentada ontem pelo deputado Lyzâneas Maciel (PDT-RJ): veda às Forças Armadas manifestação pública sobre matérias sujeitas à deliberação da Constituinte.

Líder contra

O relator do projeto de regimento interno, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, manifestou-se contrário à emenda do parlamentar fluminense. Disse que o regulamento das Forças Armadas prevê normas específicas sobre a matéria, impedindo claramente qualquer manifestação pública de militares. Acrescentou também que não cabe ao regimento interno da Constituinte tratar do assunto, considerando pior que a proposta é trazer o assunto à baila.

— Por que suscitar o debate de uma norma já estabelecida?», questionou o líder peemedebista. Sobre a divulgação obrigatória dos trabalhos constituintes nos meios de comunicação, Fernando Henrique se disse contra a medida. Ele não vê eficácia numa iniciativa como essa e anunciou que encomendou estudos sobre a possibilidade da Radiobrás ter programa específico para a Constituinte. No caso do rádio, o Congresso pode utilizar a «Hora do Brasil» e quanto aos jornais, não há como obrigá-los a publicar súmula, observou.

Outra questão que vem causando polêmica é a soberania da Assembléia. O relator é de opinião que este assunto não faz parte das normas de funcionamento da Assembléia e não tem porque ser abordado no regimento interno. Além disso, ele considera «perigoso» estabelecer como norma se a Assembléia é soberana ou não: «A idéia da soberania como essência que habita a Constituinte para mim é metafísica», avaliou.

Fernando Henrique, no entanto, ressaltou que deve ficar estabelecido que a Assembléia prevalece sobre o Congresso ordinário: «Esses aspectos devem estar claros. Agora, soberania e discussão de atos constitucionais não fazem sentido dentro de um regimento». Ele acredita que até a próxima quarta-feira apresentará o substitutivo — o prazo regimental para a sua apresentação é na quinta-feira. As emendas estão sendo catalogadas em computador e a partir de amanhã Fernando Henrique começará examiná-las.